

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

Separação Conjugal e Famílias de Origem

Tânia Raquel Rodrigues Ferreira

M

2018



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

INFLUÊNCIA DAS FAMÍLIAS DE ORIGEM NA SEPARAÇÃO CONJUGAL

Tânia Raquel Rodrigues Ferreira

Novembro 2018

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade
do Porto, orientada pelas Professoras: **Dra. Maria Emília Costa e**
Dra. Mariana Martins (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Resumo

Tem-se constatado em Portugal um grande número de separações/divórcios em relações de curto prazo [>5 anos]. Apesar da inúmera investigação neste domínio surgiu o interesse em entender melhor estas separações/divórcios tão prematuros. Teoricamente, a diferenciação relativamente às famílias de origem e os modelos familiares, parecem duas variáveis pertinentes para análise, isto, na medida em que do ponto de vista clínico estes casais apresentam dificuldade ao nível da diferenciação. Neste sentido decidimos fazer um estudo exploratório que teve por base uma amostra de 15 participantes do sexo feminino. A metodologia de investigação subjacente a este estudo foi de cariz qualitativo, integrando uma entrevista semiestruturada e consequente análise através do software QSR NVivo 11.

Os resultados obtidos parecem revelar que existe influência da família de origem na separação conjugal, nomeadamente ao nível da diferenciação dos cônjuges face à família de origem, e no que concerne aos modelos familiares construídos na vivência com as respetivas famílias.

Palavras chave: separação conjugal; família de origem; autonomia/diferenciação; modelos familiares

Abstract

In Portugal, there has been a large number of separations/divorces in short term relationships (under 5 years). Despite extensive research in this field, there has been an interest in better understanding these premature separations / divorces. In theory, the differentiation regarding the families of origin and the familiar models seem to be two relevant variables for analysis, since, from the clinical point of view, these couples present difficulty in differentiation. In this sense we decided to do an exploratory study that was based on a sample of 15 female participants. The research methodology underlying this study was qualitative, integrating a semi-structured interview and consequent analysis through the software QSR NVivo 11.

The results obtained seem to reveal that there is influence of the family of origin in the separation of the spouses, namely in the differentiation of the spouses with the family of origin, and in relation to the familiar built on the coexistence with the respective families.

Key words: marital separation; family of origin; autonomy / differentiation; family models

Résumé

On constate un grand nombre de séparations/divorces au Portugal dans le cadre de relations de courte durée [>5 ans]. Malgré les nombreuses enquêtes dans ce domaine, il a été intéressant de mieux comprendre ces séparations/divorces si prématurés. Théoriquement, la différence relatives aux familles d'origine et aux modèles familiaux semblent deux variantes pertinentes pour une analyse, ceci dans la mesure où du point de vue clinique, ces couples présentent une difficulté au niveau de la différenciation. En ce sens, nous avons décidé de faire une étude qui a eu pour base un effectif de 15 participants du sexe féminin. La méthode de l'investigation antérieure à cette étude a eu une tournure qualitative en ajoutant une interview semi-structurée et une analyse détaillée à travers le software QSR NVivo 11.

Les résultats obtenus semblent révéler qu'il existe une influence de la famille d'origine sur la séparation conjugale, plus précisément au niveau de la différenciation des conjoints face à la famille d'origine, et en ce qui concerne les modèles familiaux construits dans la vie quotidienne avec ces respectives familles

Mots-clés: séparation conjugale; famille d'origine; l'autonomie/différenciation; modèles familiaux

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento Teórico	3
Casamento/coabitação e separação conjugal.....	3
Transição para a conjugalidade numa perspetiva sistémica	5
Autonomia/diferenciação dos cônjuges relativamente à família de origem.....	6
Modelos familiares no estabelecimento e desenvolvimento da relação de casal	7
Método.....	9
Enquadramento Metodológico	9
Questões de investigação.....	11
Estratégia Metodológica.....	11
Seleção e Caracterização da Amostra.....	11
Instrumentos Utilizados.....	12
Questionário Sociodemográfico	12
Entrevista Semiestruturada.....	12
Procedimento de recolha de dados	13
Procedimento da análise de dados	13
Apresentação e Discussão dos Resultados	14
Conclusão	22
Referências Bibliográficas.....	25
ANEXOS.....	28
ANEXO 1	29
ANEXO 2	30
ANEXO 3	33

Introdução

O aumento da separação conjugal tem provocado interesse dos investigadores no sentido de perceberem quais os motivos que podem estar a contribuir para este fenómeno. É importante referir que, ao longo da dissertação, quando fazemos alusão à separação conjugal, estamos a considerar as separações do ponto de vista legal [divórcio] bem como as separações de cariz não legal. Assim, a pesquisa científica tem-se focado na compreensão dos relacionamentos conjugais, mais concretamente, na compreensão do funcionamento de cada indivíduo da díade individualmente, e conseqüentemente, na forma como ambos enquanto casal lidam com os conflitos, como comunicam, as suas rotinas, as suas expetativas e interações, entre outros fatores que tem sido objeto de estudo.

Todavia, apesar dos fatores supra mencionados serem importantes para compreendermos a relação de casal, tendo em consideração que o contexto familiar se afigura como o principal responsável pelo desenvolvimento do indivíduo e o primeiro ambiente a propiciar o desenvolvimento da intimidade [na medida em que os indivíduos se relacionam individualmente com os pais como filhos mas também acedem à primeira imagem de casal] (Costa, 2005) revela-se fundamental alargar a investigação à influência das famílias de origem no relacionamento conjugal. Mais especificamente, na separação conjugal em relações de curto prazo [>5 anos].

Já em 2014, Quissini e Coelho se interessaram por este tema. O principal objetivo de ambos foi aceder à percepção de homens e mulheres separados sobre a influência das famílias de origem nas relações conjugais. Através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, e da conseqüente categorização e análise, este estudo revelou que alguns parceiros a dado momento da relação encontram semelhanças entre o seu cônjuge e a respetiva família “o comportamento que ela tinha comigo parecia o comportamento que a minha mãe tinha com o meu pai... (M.1)” (p.38, *cit. in* Quissini & Coelho, 2014) o que poderá apontar como critério de seleção do cônjuge, semelhanças com a respetiva família de origem, sendo este muitas vezes um processo inconsciente (Rolim & Wendling, 2013, *cit. in* Quissini & Coelho, 2014).

Também este estudo apontou a influência da família de origem na decisão do casamento “A minha família incentivou-me a casar com ele mais do que eu queria casar. Então foi mais por incentivo da minha família o meu casamento com ele, e, não por mim

mesma” (F.6)” (p.38, *cit. in* Quissini & Coelho, 2014). Indicando também, a influência dos modelos familiares na separação conjugal, destacando-se os seguintes discursos: “Nós eramos bastante diferentes, porque a família de origem italiana tem o costume de ter os filhos sempre por perto, de não querer que os filhos saiam para muito longe, de construírem a casa uns ao lado dos outros. Como era o nosso caso. O nosso apartamento era ao lado do dos pais dele. Na minha família foram todos mais independentes. E eu vejo que isso interferiu, porque a minha visão é muito individualista, então eu pensava ao máximo por nós dois, e ele não, pensava mais na família dele (F.4); “Eu queria colocar em prática tanto no nosso relacionamento como na criação do nosso filho o que eu aprendi ... (F.3)” (p. 40, *cit. in* Quissini & Coelho, 2014); e “Eu tive a iniciativa e ele concordou. Eu tinha uma visão e ele tinha sempre uma diferente. A educação dele era diferente da que eu recebi da minha família. Nunca consegui fazer com que ele tivesse uma visão certa, do caminho que fazia bem à nossa família...Então decidimos que nos íamos separar (F.6)” (p.42, *cit. in* Quissini & Coelho, 2014).

Não obstante ao referido, os resultados deste estudo reforçam a necessidade de alargar a compreensão da influência das famílias de origem nas separações conjugais. Desta forma, a presente investigação pretende a partir de uma amostra de mulheres e do respetivo discurso oferecido [que emana dos estímulos colocados na entrevista semiestruturada] aceder à perceção da influência da autonomia/diferenciação dos cônjuges relativamente à família de origem na separação conjugal bem como a perceção da influência dos modelos familiares neste mesmo fenómeno.

Esta investigação encontra-se organizada da seguinte forma: enquadramento teórico subjacente à revisão da literatura; apresentação e descrição da metodologia do estudo; apresentação e discussão dos resultados face às questões de investigação; e, conclusão e reflexão fruto do cruzamento da informação recolhida na revisão da literatura e os resultados obtidos neste estudo.

Enquadramento Teórico

Casamento/coabitação e separação conjugal

Num passado distante os relacionamentos conjugais eram fruto da aliança entre as famílias de origem que intervinham na eleição do cônjuge. Posteriormente converteu-se numa eleição de casal que seguia normas sociais precisas. Atualmente, é fundamentalmente visto como uma questão de autorrealização expressiva individual. Assim, estando hoje em dia as relações conjugais revestidas de altas expectativas e exigências, muito idealizadas, facilmente estão sujeitas a desilusões levando conseqüentemente à sua rutura (Scabini & Cigoli, 2014).

Noutro tempo, os casais não se manifestavam exteriormente acerca das suas crises conjugais – os relacionamentos eram felizes ou infelizes, mas, em qualquer caso, estáveis. A estabilidade não dependia da qualidade da relação. Pelo contrário, hoje, a possibilidade de decidir continuar ou interromper a relação, o desejo pelo bem-estar e pela realização pessoal [mais que a segurança e a legitimação do estatuto alcançado], fazem com que os casais ponham em discussão o pacto estabelecido – e neste processo de revisão da relação conjugal, esta pode romper-se (Scabini & Cigoli, 2014).

O aumento da separação conjugal não é uma realidade presente apenas na Europa – no contexto Indiano, por exemplo, este fenómeno é uma realidade cada vez mais presente. No hinduísmo, o casamento, especificamente, é proposto como um passo rumo à perfeição espiritual, (Organ *cit. in* Kallampally et al., 2008; Srivastava, 2013; *cit. in* Ariplackal & George, 2015) no entanto, as famílias indianas estão a passar pelo aumento do divórcio, da separação, das taxas de violência doméstica, dos conflitos intergeracionais, etc (Sonawat, 2001, *cit. in* Ariplackal & George, 2015). Foram identificadas como razões explicativas deste fenómeno: mudanças socioculturais; mudança de uma família coletiva para uma família nuclear individualista; capacitação educacional e financeira das mulheres; mudança de valores; e fatores de personalidade (Ariplackal & George, 2015).

Muitos autores tentaram perceber o que poderá ser disfuncional, e por isso fator de risco para a separação: Raush, Barry, Hertl e Swain (1974) apontam relativamente às discussões: a escalada de conflito; o evitamento; ou sua manutenção acerca de assuntos passageiros [conflito simbólico]; Watzlawick e cols. (1967/1981), consideraram que a disfuncionalidade estava relacionada com a forma de comunicar e com atribuições feitas ao

cônjuge; e, Scharff e Scharff (1991) apresentaram os conflitos internos de cariz individual como fatores de risco para a separação conjugal (*cit. in Féres- Carneiro & Neto, 2010*).

A acrescentar aos fatores de risco supra mencionados: Booth e White (1980) e Weiss e Cerreto (1980) apontam como preditor da separação conjugal a procura sistemática da satisfação [expectativas conjugais elevadas] e a presença pensamentos persistentes de separação e divórcio; Gottman, Coan, Carrere e Swanson (1998) defendem que para além do afeto negativo, a ausência de afeto positivo também pode ser um preditor da separação; Booth e White (1980), Gottman (1994), Gottman e Levenson (1992), Kurdek (1993) e, Weiss e Cerreto (1980) apontam o padrão de retirada como propulsor da separação, padrão este caracterizado pela tendência das mulheres procurarem o homem para resolver os conflitos, para dialogar, e deste último evitar a conversa (*cit. in Gottman & Levenson, 2000*).

Já em 1981, Cherlin referia haver dois períodos críticos para a sobrevivência de um relacionamento conjugal: os primeiros 7 anos de coabitação/casamento e na meia-idade, quando as pessoas muitas vezes têm filhos adolescentes (*cit. in Gottman & Levenson, 2000*). No entanto, atualmente podemos considerar um outro período crítico – os cinco primeiros anos de coabitação/casamento, período sobre o qual esta investigação se debruça a analisar.

Não obstante ao referido, apesar de cada separação e cada pessoa envolvida neste processo ser única, Costa (2005) aponta alguns padrões gerais sobre o modo como este fenómeno se pode desenvolver. Para esta investigadora, a separação conjugal poderá ser explicada pelo facto de a dado momento da relação o casal se encontrar em níveis diferentes de diferenciação, de desenvolvimento e até mesmo de satisfação conjugal. Sendo que, não raras vezes, a separação poderá ser fruto da falta de investimento na relação, estando o casal ao serviço dos próprios interesses e não do interesse de ambos enquanto casal. Isto é, os casais vivem um ao lado do outro em vez de um com o outro, não existindo compreensão mútua entre eles.

Para que haja a compreensão supramencionada, segundo a mesma autora, é necessária uma tentativa continua de aceder aos significados pessoais do outro – o que o outro gosta e não gosta, o que o outro sente, assim como os respetivos desejos do cônjuge. Neste sentido, e sabendo nós que cada individuo está em constante desenvolvimento ao longo da vida, é importante num casal, ambos acompanharem o desenvolvimento um do outro. Caso contrário, não haverá conhecimento mútuo entre eles.

Assim, a dissolução da conjugalidade é abordada com base numa visão sistémica como um processo em que ambos os cônjuges ou apenas um deles deixa de encontrar estímulos e motivações que mantenham a relação. Sendo a separação conjugal difícil para

os mesmos uma vez que acarreta mudanças cuja adaptação exige algum tempo (Féres - Carneiro, 2003; *cit. in* Féres- Carneiro & Neto, 2010).

Transição para a conjugalidade numa perspetiva sistémica

As relações duradouras e a coabitação ou casamento continuam a ser desejo da maioria dos jovens, assumindo, contudo, novas trajetórias e significados. Com diferentes expressões, autonomia e variabilidade etária, adolescentes e jovens de todo o mundo imaginam percursos e cenários familiares (Regan, 2008; Relvas, 2006; *cit. in* Francisco, Pinto & Pinto, 2016). Muitos casais atualmente defendem a opção pela coabitação encarando como um método eficaz de garantir uma melhor transição para o casamento (Francisco, Pinto & Pinto, 2016) contudo, quer a coabitação quer o casamento são transições com muitas implicações na vida de quem as vive. Falar em transição para a conjugalidade implica também falar na mudança com que esta transição é pensada e vivida – de uma forma muito mais individualista onde a ritualidade social é deixada de lado (Scabini & Cigoli, 2014).

A formação de um novo casal implica mudanças desenvolvimentais em cada elemento, na relação entre os dois, e entre eles e todos os outros sistemas que os envolvem [família de origem, amigos, comunidade], o que faz desta uma transição complexa. Mais ainda, quando as regras são pouco claras, quando existe um desequilíbrio possível de investimento dentro do casal (Relvas, 2006, *cit. in* Francisco, Pinto & Pinto, 2016) e quando as fronteiras são difusas (Minuchin, *cit. in* Elkaim, 1998).

Assim, o objetivo principal da transição para a conjugalidade consiste em construir a identidade de casal, existindo, neste sentido, tarefas específicas de desenvolvimento. Enquanto cônjuges deverão: realizar um movimento de reciprocidade nas diferentes esferas da vida; reconhecer o valor do outro e legitimá-lo como cônjuge; comprometer-se em manter e alimentar a relação; e abrir-se a um projeto generativo. Enquanto familiares [filhos, irmãos, etc] os elementos do casal devem: diferenciar-se/ distinguir-se das famílias de origem, estabelecer um novo vínculo com elas e estabelecer um novo equilíbrio de lealdade, dando prioridade à relação conjugal sobre a geracional. Por fim, enquanto membros de uma comunidade social deverão reconhecer as pertenças recíprocas das redes sociais de ambos e construir uma nova rede relacional comum (Scabini & Cigoli, 2014).

A conjugalidade é uma dimensão que acompanha todo o desenvolvimento da vida familiar estando, portanto, sujeita a muitas transições que implicam que o casal assuma continuamente novas tarefas para a realização dos objetivos que são chamados a alcançar. Assim, a transição para a conjugalidade não é uma mudança a curto prazo mas sim uma passagem que pressupõe que o pacto seja continuamente atualizado cada vez que o casal se encontra perante uma nova transição e perante crises que necessariamente estão implicadas (Scabini & Cigoli, 2014).

Autonomia/diferenciação dos cônjuges relativamente à família de origem

A autonomia/ diferenciação de um cônjuge relativamente à família de origem tem uma enorme influência sobre o desenvolvimento e a manutenção de uma relação de casal (Scabini & Cigoli, 2014) sendo que quanto mais diferenciados, mais unidos estarão (Whitaker, 1995 *cit. in* Bueno, R., Souza, S. & Monteiro, M., 2013).

Cada cônjuge é portador de uma história e de uma família que traz para a relação, e simultaneamente, faz parte e é produto de uma nova família (Costa, 1994). Desta forma, a construção da identidade de casal implica que os cônjuges sejam capazes de regular a distância com as famílias de origem [redefinir relações], através de processos de negociação que deverão ser postos em marcha no decorrer das transições e das mudanças a que a família está submetida.

O que muitas vezes acontece é que o casal se confronta com um conflito entre a lealdade à família de origem e a lealdade à família que está a contruir (Nagy, Spark 1983; Costa, 1997; *cit. in* Borghetti, Lech & Martins, 2001) que não facilita a construção da designada identidade de casal, tão importante para a solidificação da relação conjugal (Borghetti, Lech & Martins, 2001; Scabini & Cigoli, 2014). Quando não é construída esta identidade fruto da dificuldade do desenvolvimento da autonomia e diferenciação face à família de origem, os elementos não diferenciados tendem segundo Bowen (1979) a ter duas reações: rompimento total e distância física e/ou emocional; ou fusão com a família, sendo ambas as reações dois extremos com impacto negativo para o casal (McCullough e Rutenberg, 1995). O rompimento da relação com a família de origem não permite o bem-estar de quem rompe a relação e a fusão com a família não permite o bem-estar da relação conjugal (*cit. in* Bueno, Souza & Monteiro, 2013).

Deste modo, para que haja a construção da identidade de casal num relacionamento conjugal, o casal deve ser capaz de assumir uma nova posição autónoma e responsável, mantendo ao mesmo tempo um sentido de conexão com a família de origem (Scabini & Cigoli, 2014). Sendo desejável um equilíbrio onde ambos os elementos possuem autonomia e são independentes da sua família de origem sem que se quebrem laços estreitos e de carinho (Scabini & Cigoli, 2014). Quando assim é, ambas as famílias compartilham e celebram a transição para a coabitação ou casamento do casal (Borghetti, Lech & Martins, 2001).

Um estudo de caso que reforça a importância da autonomia e diferenciação dos cônjuges relativamente às famílias de origem para a qualidade das relações conjugais, diz respeito ao estudo levado a cabo por Borghetti, Lech e Martins (2001). Este estudo surgiu a partir de observações e consequente intervenção a um casal, cuja queixa principal de um dos cônjuges prendia-se com o facto do seu cônjuge estar mais “casado” com sua família de origem do que com ele [apesar de ambos serem muito próximos às respetivas famílias]. Esta ausência de autonomia e não diferenciação dos cônjuges relativamente às famílias de origem refletiu-se negativamente na vida deste casal, causando-lhes sofrimento e o desejo da separação. A intervenção foi no sentido da diferenciação de ambos que até então estavam aprisionados à opinião familiar de que não eram um verdadeiro casal. Apesar do distanciamento às famílias de origem acarretar sofrimento, segundo os autores este foi o preço a pagar pelo desenvolvimento de cada um deles como indivíduos autónomos e diferenciados e para o crescimento de ambos como um casal feliz.

Modelos familiares no estabelecimento e desenvolvimento da relação de casal

Uma relação existe com um passado e um presente que estruturam um futuro, sendo que, a relação acontece através da comunicação entre os elementos que constituem as diferentes interações (Costa & Matos, 2006). Não obstante ao referido, o relacionamento conjugal é fruto das experiências do presente, mas também da bagagem familiar de cada um, do seu passado. Assim, e na medida em que o individuo vai estruturando o modelo de si e do outro a partir do sistema complexo de relações em que está inserido (Costa & Matos, 2006), e sendo o sistema familiar, como já referimos anteriormente, um dos contextos com mais influência no desenvolvimento dos indivíduos [uma vez que representa um dos principais meios de transmissão de valores constituídos por padrões comportamentais,

crenças, expectativas, princípios, ritos e costumes] (Quissini & Coelho, 2014) parece ser pertinente aliar a compreensão das relações conjugais à compreensão dos modelos familiares de cada um.

As relações conjugais estendem-se além do casal e são muitas vezes entre duas famílias (Stanley, 2012, *cit. in* Ariplackal & George, 2015) sendo por isso, duas famílias que influenciam o desenvolvimento da relação conjugal. Como nos diz Costa (2005) “o indivíduo nasce no seio de uma relação amorosa de um casal parental, aí cresce e posteriormente, também ele, procurará encontrar o seu par amoroso e o ciclo repetir-se-á” (p.13). Muitas vezes, o que acontece, é que a procura do par amoroso é feita com base nos modelos familiares relacionais onde estão inseridos – sendo a família de origem, dos principais elementos de referência, uma vez que é o contexto onde os indivíduos vão construindo uma imagem de casal, a partir da imagem que têm da relação dos pais. Bem como, o contexto onde as vinculações são construídas (Costa, 2005).

É também importante referir que a família de origem de cada cônjuge poderá funcionar como um sistema aberto ou como um sistema fechado. Funcionando no primeiro registo quando a família está permeável a trocas com o exterior, e funcionando como um sistema fechado quando não permitem a adaptação por processos de assimilação e acomodação ao meio, dos seus elementos. Um exemplo que pode retratar o funcionamento de um sistema fechado familiar, refere-se à rejeição do contacto social com os amigos e namorados dos filhos, sentindo-os como uma ameaça à sua coesão, funcionando como uma família aglutinada e perpetuando o mito de família unida. Assim, este tipo de fronteiras onde não há distinção entre as necessidades dos seus membros, faz com que o sistema dificulte o desenvolvimento da autonomia e da diferenciação dos cônjuges (Costa & Matos, 2006) – algo que como fora supramencionado parece ser importante na relação de casal.

A disfuncionalidade das famílias de origem é muitas vezes o ponto de partida para dar o passo rumo à coabitação ou casamento por parte dos membros que a compõe. Estes últimos, sentindo que não há condições para o desenvolvimento da confiança básica e da sua individuação vêm na vivência a dois uma fuga ao seu contexto [que muitas vezes não se afigura como fonte de segurança e crescimento]. Curiosamente, no contexto relacional da vivência a dois, estes indivíduos, não raras vezes, perpetuam as relações anteriormente existentes na família de origem – dependência, insegurança, agressividade, etc (Costa, 1994) o que poderá favorecer um impacto negativo na relação conjugal.

Quando as influências familiares não são funcionais, assentando em comportamentos que não permitem a diferenciação dos elementos que a compõe [como por exemplo, a

intrusividade dos pais na vida dos filhos], a relação conjugal destes elementos poderá ser afetada negativamente. Isto, porque cônjuges não diferenciados não reúnem condições para a construção da identidade de casal o que poderá, por consequência, explicar algumas separações conjugais (Quissini & Coelho, 2014).

Na outra face da moeda, as famílias de origem podem também contribuir para um desenvolvimento saudável do relacionamento conjugal dos seus elementos. Mais especificamente no que diz respeito aos pais, estes últimos favorecem relações conjugais saudáveis dos seus filhos, quando vêm neles alguém que é autónomo, diferenciado e que está vinculado a outra pessoa com quem vai construir a sua família (Scabini & Cigoli, 2014).

Uma relação amorosa é um meio de crescimento pessoal, um ingrediente necessário para o desenvolvimento do indivíduo, contudo, as formas de amor mudam ao longo do ciclo vital num processo de diferenciação e integração de imagens de si próprio e daqueles com quem estabelecem relações íntimas (Costa, 1994), sendo que, quanto maior o nível de diferenciação da família de origem por parte dos cônjuges melhor será a capacidade destes últimos conseguirem desenvolver relações significativas e vínculos seguros com os(as) seus(as) companheiros(as) (Scabini & Cigoli, 2014).

Método

Enquadramento Metodológico

Nesta investigação, pretende-se aceder à perceção das mulheres que constituem a amostra, acerca da influência das famílias de origem na sua separação conjugal. A perspetiva das entrevistadas permite-nos aceder aos significados que estas atribuem à realidade bem como a forma como estes significados influenciam a compreensão e atribuição que fazem, neste caso, à própria separação (Schwandt, 1994).

Os métodos qualitativos são os que se parecem adequar melhor à nossa questão de investigação, isto, uma vez que este tipo de método assenta na ideia de que o investigador não é o perito, tratando-se de uma relação igualitária entre o investigador e a pessoa sujeita à investigação. O investigador é dotado de objetivos e questões de investigação e o sujeito de investigação dotado de experiência que responderá às questões do investigador. Assim, numa abordagem qualitativa aquilo que se investiga é “com” e não “para” as pessoas, existindo investigadores que designam os sujeitos da investigação como participantes desta

última uma vez que sem eles ficariam pelas questões de investigação. Uma outra característica da abordagem qualitativa que se integra nesta investigação, consiste no facto do investigador estar aberto à diversidade de resultados sem partir de pressupostos (Fortin, 1996).

Quando falamos em abordagem qualitativa podemos falar em: estudo fenomenológico [procura aceder aos significados atribuídos pelos indivíduos, à essência de determinado fenómeno] (Van Maanen, 1990, cit. In Fortin, 1996); teoria fundamentada que procura a partir dos resultados encontrados construir uma teoria; e a abordagem etnográfica que tem como objetivo subjacente caracterizar um sistema cultural a partir da comunidade que constitui esse sistema. Neste sentido, no âmbito desta investigação, o estudo fenomenológico parece ser aquele que melhor se enquadra na medida em que permite aceder ao universo das diferentes perceções das pessoas que vivem uma determinada experiência que surge como questão de investigação. Neste caso, perante a nossa questão central focada na possível influência das famílias de origem na separação conjugal, este tipo de estudo permitindo-nos aproximarmo-nos desta experiência, descrevê-la a partir do discurso das entrevistadas e comunicá-la com fidelidade e respeito (Benner, 1994, *cit. in* Fortin, 1996).

Relativamente aos dados, estes poderão ser recolhidos através (entrevistas, diários, observação direta e observação participante) (Fortin, 1996) sendo nesta investigação a entrevista semiestruturada a que melhor se adequa pelo facto da aplicação das questões não obedecer a uma forma rígida permitindo que o entrevistado fale livremente acerca do tema. Desta forma, a entrevista semiestruturada permitir-nos-á então aceder ao discurso das mulheres separadas, e conseqüentemente aceder aos seus significados, emoções e valores que poderão explicar determinados comportamentos. Tudo isto, tendo por base o facto de que não observaremos acontecimentos passados mas sim representações desses mesmos acontecimentos. Sendo a entrevista semiestruturada o meio pela qual procuramos a resposta às nossas questões, podendo também servir para explorar ou identificar variáveis e relações.

Como estratégia metodológica de investigação qualitativa, seguimos a Grounded Theory onde a recolha e análise dos dados é realizada no contexto natural do fenómeno, através de um processo indutivo assente no rigor, precisão, criatividade e comparação constante. Sendo a finalidade, o encontro com as verdades relativas [por oposição às verdades absolutas] passíveis de diferentes interpretações (Strauss & Corbin, 1998).

Questão de partida

Qual a percepção que as mulheres têm relativamente à influência da família de origem na separação conjugal?

Questões de investigação

1. A autonomia/diferenciação do casal em relação às famílias de origem é percebida pelas mulheres como um elemento que contribuiu para a separação conjugal?
2. Qual a percepção das mulheres acerca da influência dos modelos familiares na separação conjugal?

Estratégia Metodológica

Seleção e Caracterização da Amostra

A nossa amostra foi recolhida através da técnica de amostragem bola de neve. Estabelecendo os critérios da amostra [mulheres separadas cujo relacionamento tenha durado no máximo 5 anos], através das redes sociais entramos em contacto com a primeira entrevistada que posteriormente indicou outras mulheres, e estas últimas adotando a mesma lógica foram indicando outras possíveis entrevistadas com características similares.

Também subjacente à seleção da amostra está a Grounded Theory, e neste sentido fomos recolhendo os dados e analisando-os, parando quando atingimos a saturação teórica, isto é, quando as categorias encontradas estabilizaram e os novos casos não traziam nada de novo (Strauss & Corbin, 1998).

A amostra supramencionada compõe o total de 15 participantes do sexo feminino, cujo casamento ou coabitação ocorreu entre os 22 e os 28 anos de idade. Sendo que todos os elementos da nossa amostra, tem nível de escolaridade acima do ensino básico.

Antes de aplicar os instrumentos foi assinado por cada participante o pedido de consentimento informado [ANEXO 1].

Instrumentos Utilizados

Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico [ANEXO 2] foi selecionado com vista a reunir informações que acrescentam aos discursos recolhidos através das entrevistas, características pessoais dos indivíduos bem como informações complementares, especificamente: idade; profissão; habilitações literárias [do próprio e do cônjuge]; a data em que iniciaram a relação de namoro; a data da coabitação ou casamento; e, a data da separação; se o divórcio foi litigioso ou não; número de filhos; e, o agregado familiar [com quem viveu durante a infância e adolescência]. Ainda neste questionário, procura-se conhecer o dia-a-dia em família no que cerne à frequência de vezes em que o casal fazia refeições juntos à mesa e à frequência de vezes em que o casal fazia refeições com a família de origem [do próprio e do cônjuge].

Entrevista Semiestruturada

A entrevista é uma forma de comunicação verbal entre o investigador e os participantes com o intuito de recolher dados que respondam às questões de investigação. Existem diferentes abordagens na condução da entrevista: entrevista não estruturada [onde o participante controla o discurso bem como o respetivo conteúdo]; e a entrevista estruturada [onde o orientador do discurso é o investigador]. Existindo, todavia, uma forma de entrevista que combina os aspetos dos dois tipos de entrevistas, que se designa por entrevista semiestruturada (Fortin, 1996).

No caso da presente investigação, a entrevista semiestruturada [ANEXO 3] pareceu-nos aquela que melhor se adequa às nossas questões de investigação uma vez que esta é guiada por questões pré-definidas que acompanham o desenrolar da comunicação, permitindo ao mesmo tempo alguma flexibilidade na sua aplicação na tentativa de ir ao encontro do discurso dos entrevistados (Fortin, 1996) – esta forma de entrevista possibilita a alteração da ordem das questões, a reformulação de outras questões ou até a aplicação de novas questões no sentido de aprofundar mais alguns temas.

Dentro das temáticas presentes no guião da entrevista o foco de análise recaiu sobre a autonomia/ diferenciação dos cônjuges relativamente à família de origem e a transmissão dos modelos familiares.

Procedimento de recolha de dados

A recolha de dados foi realizada após contacto telefónico com as entrevistadas onde agendamos uma hora e local conveniente para as mesmas. Num primeiro momento demos a conhecer o objetivo da investigação bem como a confidencialidade assegurada e o anonimato dos participantes e dos dados recolhidos. Posteriormente, aplicamos o questionário sociodemográfico e de seguida a entrevista semiestruturada. Nas entrevistas apenas esteve presente a psicóloga e a entrevistada sendo a duração média da aplicação da mesma de 60 minutos.

Com o consentimento dos participantes, as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na sua globalidade.

Procedimento da análise de dados

Após a transcrição das entrevistas realizadas, através do software Nvivo 11, foram selecionadas todas as narrativas que ilustravam a influência das famílias de origem na separação conjugal sendo conseqüentemente criadas categorias e subcategorias de análise que vão ao encontro das questões de investigação.

Afim de responder a estas últimas, num primeiro momento foram formuladas as duas categorias superiores [Ausência de Autonomia/ Diferenciação relativamente à família de origem; e Modelos familiares] e conseqüentemente as subcategorias relacionadas [Ausência de Autonomia/ Diferenciação do cônjuge; Ausência de Autonomia/ Diferenciação da própria; Modelos familiares do cônjuge; Modelos familiares da própria]. Sendo num segundo momento, realizada a análise das categorias bem como as possíveis relações entre elas.

Por fim, foi construída uma árvore de categorias, constituída por “categorias-mãe”, que integra as “categorias-filha” relacionadas, sendo a árvore de categorias final que ao

longo da sua construção foi sendo desconstruída e reconstruída, adaptação esta que ia sendo feita no sentido de obter respostas às questões colocadas.

Apresentação e Discussão dos Resultados

A autonomia/diferenciação do casal em relação às famílias de origem é percebida pelas mulheres como um elemento que contribuiu para a separação conjugal?

De acordo com a análise dos discursos das entrevistadas, percebemos que a ausência de autonomia/ diferenciação do casal relativamente às famílias de origem parece ser percebida pelas mulheres como um elemento com influência na separação conjugal (76,7%). Relativamente a esta primeira questão, a partir dos discursos das entrevistadas foi criada a categoria “*Ausência de autonomia e diferenciação relativamente à família de origem*”, que por sua vez, se subdivide naquilo que diz respeito à percepção das mulheres relativamente ao ex-cônjuge “*Ausência de Autonomia/ Diferenciação do cônjuge*” e à percepção das mesmas relativamente a si próprias “*Ausência de Autonomia/ Diferenciação da própria*”.

No que concerne à subcategoria “*Ausência de Autonomia/ Diferenciação do cônjuge*”, os resultados sugerem que a não diferenciação dos ex-cônjuges relativamente à família de origem, parece ser percebida pelas participantes como algo que esteve presente na sua relação conjugal (67,2%) e que influenciou negativamente esta última.

Curiosamente, grande parte dos discursos oferecidos pelas entrevistadas apontam que a dificuldade de diferenciação dos ex-cônjuges relativamente à família de origem, era em grande maioria relativamente aos pais, com destaque na figura materna: “*Eu percebia que ele tinha uma relação muito próxima com os pais, mas muito absorvente. Havia coisas, às vezes, que ele me contava da relação dele com a mãe, havia coisas que me pareciam estranhas. Por exemplo, ele dizia que, de manhã, a mãe se metia na cama com ele pro acordar*” (E.13); “*quando fomos viver juntos continuou tudo como se a mãe continuasse a mandar no filho. E ele deixava e devia concordar porque não se opunha. A mãe e o pai eram uns reis para ele. Mas uns reis que mandavam muito nele como se ele fosse uma criança*”, “*Todos os dias antes de dormir tinha de ligar à mãe dele a contar-lhe como foi o dia e o*

que foi o jantar” (E.17); e, “no dia que eu disse que me queria separar, a mãe dele ameaçou-o que se ele não separasse de mim que o deserdava e então ele ficou com a mãe... o que mostra o homem que ele era. Quase que a mãe dele é que teve a palavra final no fim da relação...” (E.4).

Todavia, apesar dos discursos das entrevistadas se focar maioritariamente na não diferenciação dos ex-cônjuges relativamente aos pais, uma das entrevistadas apontou também a irmã do ex-cônjuge, como um elemento que na sua perceção poderá ter favorecido a separação conjugal: *“A única parte que não gostei foi do meu ex-marido deixar a irmã meter demasiado o nariz no casamento. Mas nem quero falar nisso porque tivemos imensos problemas por causa da relação deles. Estavam demasiado ligados, ele parecia que namorava comigo e com ela. E no casamento também foi assim, eu escolhia os tons da decoração da igreja e ela perguntava-lhe o que é que eu tinha escolhido, dava a opinião dela, e ele pedia-me para mudar. Enfim.”, “claro que o meu irmão como era mais novo teve muitas saudades minhas, sentia muito a minha falta. Mas sempre compreendeu que eu tinha casado e que tinha de respeitar o meu espaço. Não foi como a irmã do meu ex-marido que quase todos os dias lhe ligava para namorarem ao telemóvel. Mas ele devia gostar, senão posicionava-se” e “Ele foi-me fazendo desapaixonar com a relação que tinha com a irmã dele. Sempre que os via juntos ou a falarem um com o outro ele parecia-me um bebé. Mas enfim, como disse não quero falar muito nisso porque deixa-me alterada” (E.14).*

Não obstante ao referido, o discurso das entrevistadas sugere que a não diferenciação dos ex-cônjuges relativamente à família de origem poderá ter tido implicações: no tempo de casal *“Eu tinha um dia livre, e nesse dia livre eu achava que devia ser o dia em que nós, por exemplo, almoçávamos. E almoçávamos juntos e lembro-me de almoçar, mas ele almoçava sempre a correr, que era para ir tomar um café com a mãe. Quando ele todos os dias da semana podia tomar café com a mãe e aquele era o único dia em que ele poderia tomar café comigo” (E.13), “Portanto, foi muito difícil, foi muito difícil para ele ter que dividir o tempo para estar comigo, com a família dele e com a minha família. Estar com a minha família para ele era a última hipótese porque ou queria estar com a família dele ou então queria aproveitar o pouco tempo que tinha comigo. Mas que não chegava obviamente, raríssimas vezes estávamos juntos” (E.12); assim como na inexistência de espaço para as decisões de casal *“lá em casa, todas as decisões tomadas tinham sempre a palavra da mãe no final. Nós tínhamos um quadro e dizíamos “onde é que vamos pôr?”, e dizíamos “vamos pôr naquela parede”, mas depois a mãe dele chegava e dizia “naquela parede? Não. Não. Tem de ser**

naquela é que fica bem”. E, portanto, o quadro ficava naquela parede” (E.13). O que talvez denuncie as consequências conjugais da não diferenciação dos cônjuges.

Relativamente à subcategoria *“Ausência de Autonomia/ Diferenciação da própria”* também a ausência de autonomia/diferenciação parece estar presente na percepção das entrevistadas, embora numa menor percentagem (9,5%). Algumas mulheres pareceram reconhecer a própria dificuldade de diferenciação e autonomia em relação à respetiva família de origem. Mais concretamente, a dificuldade sentida aquando da saída da casa dos pais [transição para a coabitação/casamento]. Dentro dos diferentes discursos, o que passamos a citar destaca-se, por espelhar nitidamente a dificuldade da participante se diferenciar da sua família de origem: *“E eu recordo-me que nos dias a seguir ao casamento, portanto, depois de termos vindo de lua-de-mel, eu recordo-me de estar sempre em casa dos meus pais porque era aí que eu realmente me sentia bem, foi aí que eu cresci e pronto”* (E.12). Isto, faz-nos pensar que esta participante talvez tenha transitado fisicamente para o casamento, mas que emocionalmente talvez tenha tido dificuldade em transitar da infância/adolescência *“foi aí que eu cresci”* para a vida adulta que o casamento implica. Tudo isto, poderá explicar a dificuldade da vivência da relação conjugal e consequentemente a respetiva rutura.

Uma outra participante, partilhou também a dificuldade em se diferenciar da sua família de origem, mais concretamente dos pais. Dificuldade esta que poderá explicar o facto de primeiro transitar para a parentalidade e só aquando do nascimento do segundo filho, transitar para a coabitação: *“Uiii, um bocado complicado...porque a minha ideia nunca foi sair da minha mãe...mas prontos, teve de ser porque já vinha o segundo a caminho...mas foi um bocadinho complicado...as rotinaaaaas, haver regraaaas...é diferente de viver com os pais não é?”* (E.9) – o evitamento da coabitação aquando do nascimento do primeiro filho poderá denunciar a dificuldade desta transição após o nascimento do segundo filho, e a consequente separação conjugal.

Não obstante ao referido, analisando as narrativas, podemos afirmar que a relação *“Autonomia e Diferenciação relativamente à família de origem”* no que diz respeito ao *“Ausência de Autonomia/ Diferenciação do cônjuge”* e no que diz respeito à *“Ausência de Autonomia/ Diferenciação da própria”* tem uma relação positiva ($P= 0,59$). Isto é, à medida que as entrevistadas parecem perceber a influência da não diferenciação dos cônjuges relativamente à família de origem na separação conjugal, também parecem perceber a própria dificuldade em diferenciar-se da respetiva família de origem e a respetiva influência na separação conjugal. Apesar de, perceberem mais a influência da não diferenciação dos cônjuges na separação conjugal, do que da sua não diferenciação, o que poderá ser explicado

pelo facto dos discursos obtidos a partir das entrevistas serem fruto apenas da percepção de um elemento da díade, neste caso, as mulheres.

Estes resultados vão ao encontro da revisão bibliográfica, nomeadamente Whitaker (1995 *cit. in* Bueno, Souza & Monteiro, 2013) que defende que a coabitação/casamento é uma oportunidade de diferenciação e uma oportunidade da vivência do sentimento de pertença. Diferenciação relativamente à família de origem e o sentimento de pertença no que cerne à formação da sua própria família com o seu cônjuge. Sendo que, quanto mais o casal desenvolver a sua autonomia e diferenciação relativamente à família de origem mais unidos estarão um ao outro. Algo que parece não ter acontecido nos casais supramencionados, de acordo com a perspectiva das mulheres separadas. Corroborando desta forma, a importância da autonomia e diferenciação dos cônjuges relativamente às famílias de origem nos relacionamentos conjugais. Esta autonomia/diferenciação é necessária na medida em que contribui para o desenvolvimento da pessoa enquanto adulto individualizado, permitindo consequentemente que este seja capaz de cuidar melhor de si e dos outros, e neste caso em concreto, da relação conjugal (Bueno, Souza & Monteiro, 2013).

Ao longo das entrevistas foram também partilhados alguns discursos que vão ao encontro do conflito referido por Nagy, Spark (1983) e Costa (1997) (*cit. in* Borghetti, Lech & Martins, 2001) vivido entre a diferenciação do cônjuge relativamente à sua família de origem e a construção da sua identidade de cônjuge, e consequentemente de casal (Scabini & Cigoli, 2004) observável em discursos como: *“Eu sentia necessidade de conseguirmos alguma autonomia como casal, que não estávamos a conseguir. Porque havia uma absorção muito grande da parte da mãe dele. A mãe dele estava sempre presente na nossa relação. Por um lado ele sentia-se mal em bater o pé com a mãe e por outro sentia-se mal ao ver que assim eu não era feliz”* (E.13) podendo ser em alguns casos a explicação para a separação conjugal *“Acho que foi, essencialmente, foi essa a imagem que eu formei. Foi a imagem de que foi mesmo a relação dele com a mãe. Doentia, obsessiva, que impediu que nós conseguíssemos criar uma relação”* (E.13).

No discurso de uma das colaboradoras a não diferenciação relativamente à família de origem, sugere acarretar sofrimento para o cônjuge da pessoa não diferenciada [pela insatisfação conjugal associada] mas também para este último. Quer ao longo da relação de namoro mas também aquando da coabitação/ casamento, uma vez que esta transição parece implicar mudanças que o próprio poderá não estar preparado para enfrentar, por exemplo, a vivência das datas festivas: *“recordo-me perfeitamente de, no Natal em casa dos meus pais,*

ter sido muito complicado pro P. porque sabia que ele queria estar era em casa dos pais porque sempre foi e, havia uma ligação muito muito grande” (E. 12).

Em suma, a autonomia e diferenciação de cada cônjuge relativamente à respetiva família de origem parece ser importante para o desenvolvimento individual de cada indivíduo enquanto seres autónomos e consequentemente para a criação da identidade de casal, da autonomia de casal (Borghetti, Lech e Martins, 2001).

Qual a perceção das mulheres acerca da influência dos modelos familiares na separação conjugal?

A relação entre os modelos familiares e a separação conjugal, indica ser na perceção das mulheres separadas, uma relação importante para a compreensão da conjugalidade (68,4%). Assim, perante os discursos recolhidos, face aos estímulos colocados, foi criada a categoria “*Modelos Familiares*” que por sua vez se subdividiu nas seguintes subcategorias: “*Modelos familiares do cônjuge*” (36,7%); e “*Modelos familiares da própria*” (31,7%).

No que diz respeito aos “*Modelos familiares do cônjuge*” na perceção das mulheres, os ex-cônjuges pareciam viver a relação conjugal com base nos modelos aprendidos com a respetiva família de origem. Sendo alguns modelos estranhos e contrários aos que estas mulheres indicaram construir na respetiva família: “*nós éramos uma família de 5 filhos habituados a partilhar tudo, tudo era de todos, e tudo com muita flexibilidade, com educação católica também. No caso dos pais dele, não. Ele era o centro do Mundo, portanto, ele estava habituado a ser sempre ele. Ele em primeiro lugar. Depois dele, era ele outra vez. E ele veio para a relação a achar que ia ser também o centro das atenções, só pensava nele.*” (E.13). Ainda segundo a perceção da mesma entrevistada, as pessoas parecem ser inevitavelmente reflexo da família e dos modelos subjacentes à mesma, e quando não há identificação com os modelos familiares dos cônjuges, parece difícil manter a relação: “*Mas, efetivamente, depois tudo se misturou e porque as pessoas são o que é a família também. E o meu ex-marido era como eles, muito de aparências e vaidades. E eu não suportava isso, para mim aquela relação não dava mais. Eramos tão mas tão diferentes...*” (E.13).

Não obstante ao referido, uma entrevistada apontou também a influência da relação conjugal dos pais do ex-cônjuge, na sua separação conjugal: “*ele chegou a dizer-me muitas vezes que não via a mãe dele feliz na relação e que não queria passar pelo mesmo, que já estava farto e que já tinha visto que não dava. Até que disse que não dava mesmo*” (E.9) o

que parece corroborar a influência dos modelos familiares na relação conjugal, e quando disfuncionais, na separação conjugal. Neste caso, o ex-cônjuge desta entrevistada, fruto das vivências familiares, terá desenvolvido um modelo relacional que o faz evitar comportamentos e emoções que o lembrem os comportamentos e emoções não funcionais dos pais. Sendo que, tudo o que se assemelhe à relação dos pais parece ser boicotado pelo mesmo. Possivelmente, este homem não se sentia feliz à semelhança da sua mãe, um dos motivos que o terá levado ao término da relação.

Por outro lado, na percepção das entrevistadas, parece também existir influência dos seus modelos familiares na separação conjugal *“Modelos familiares da própria”*. Numa entrevistada, especificamente, a mesma reconhece esta influência na medida em que refere que os seus modelos entravam em conflito com os modelos do ex-cônjuge, o que poderá explicar a dificuldade em manter a relação: *“eu venho de um meio em que a minha mãe (voz mais alta) é quem manda na família e o choque era: ele queria mandar, não era mandar porque ele não tinha de mandar, mas ele queria às vezes impor-se um bocadinho e isso para mim não dava porque eu também gostava das coisas à minha maneira, como a minha mãe fazia. Não dava mesmo, nem devíamos ter casado”* (E.2).

Especificamente no que diz respeito à decisão pelo casamento, também ao longo das entrevistas foi referida a influência dos modelos familiares das próprias na relação conjugal: *“achava que como estava grávida tinha de casar. Porque a minha mãe também dizia que as pessoas depois iam falar e não sei quê”* (E. 16) o que nos faz pensar que se esta participante não tivesse construído esta ideia em contexto familiar, talvez a parentalidade não implicasse que ela casasse. Podendo também ser levantada a hipótese de que, como o casamento não partiu de uma motivação do casal, mas sim da gravidez não desejada, a relação tenha terminado na separação do casal.

Ainda na percepção das mulheres, parecem haver ideias construídas no contexto familiar das próprias que guiam a sua forma de estar na relação conjugal: *“E eu nunca na vida ia ficar contra o pai, contra a minha mãe ou contra os meus irmãos, que são do meu sangue, para ficar a favor seja de quem for...os meus pais sempre me educaram nesse sentido diziam-me muitas vezes que alguém podia vir a gostar muito de mim mas nunca ninguém ia gostar tanto como eles. Sempre defenderam que temos de lutar pela nossa felicidade e que quando não estamos felizes mais vale nos virarmos para outro lado e foi isso que fiz. Eles dizem que hoje ninguém tem de sofrer, se o divórcio existe é para ser usufruído quando necessário e foi isso que eu fiz”* (E.4) o que denuncia mais uma vez a influência dos modelos construídos em contexto familiar. Neste caso, o contexto familiar

incutiu a priorização da família de origem sobre o cônjuge [família a construir] normalizando a separação conjugal quando esta prioridade não for assegurada.

Também o estudo desta relação nos permitiu perceber que a relação entre os modelos familiares e separação conjugal relativamente aos “*Modelos familiares do cônjuge*” tem uma relação positiva relativamente aos “*Modelos familiares da própria*” ($P= 0,79$), ou seja, à medida que as entrevistadas parecem perceber a influência dos modelos familiares do cônjuge na separação conjugal, também sugerem perceber a influência dos respectivos modelos familiares na separação conjugal. Sendo que neste caso a percepção das entrevistadas aponta haver uma maior influência dos respectivos modelos familiares do que dos modelos familiares do cônjuge.

As expectativas, são também uma variável que fazem parte dos modelos familiares, e que surgiram fruto dos discursos fornecidos pelas entrevistadas. Podemos observar nas narrativas das participantes que já antes da coabitação/casamento, em alguns relacionamentos a família de origem parecia fazer atribuições negativas: “*lembro-me da minha irmã mais pequena me dizer “Não cases. Tu não vais ser feliz. Não cases. Não cases”*” (E 13); “*a minha mãe prontas, achou um bocadinho antecipado nós casarmos porque foi quase só um ano de namoro*” (E15); e, “*Eu entrei com o meu pai na igreja. E o meu pai disse-me assim “Ainda estás a tempo de desistir”*” (E 17). – discursos que poderão ser apontados como elementos com influência na separação conjugal.

Para além da fase de namoro, durante a coabitação/casamento, as expectativas negativas por parte das famílias de origem também pareceram estar presentes, segundo a percepção das entrevistadas: “*a minha mãe já há muito tempo que me andava a dizer que eu me devia divorciar*” (E 16) e “*Os meus pais não gostaram do casamento. E os meus irmãos também não. E ninguém gostava dele e não queriam a tudo o custo que eu me casasse. Portanto, da minha família, nunca tive o apoio de ninguém porque para eles ele era má pessoa e o casamento não ia dar certo*” (E17). Estas expectativas, aliadas à não diferenciação e não autonomia dos cônjuges, poderão também estar na base da separação conjugal. Isto, uma vez que os cônjuges não diferenciados parecem tender a apresentar alguma dificuldade em colocar em causa as expectativas familiares e em priorizar as suas expectativas. Aliás, as expectativas familiares muitas vezes parecem nem dar espaço aos cônjuges para a construção das próprias expectativas.

Estes resultados corroboram a revisão bibliográfica apresentada na medida em que os resultados sugerem a influência da transmissão de modelos familiares (Quissini & Coelho, 2014) na escolha do cônjuge [na medida em que a imagem de casal construída pelos cônjuges

é construída sob influência da imagem de casal dos pais (Costa, 2005)]; no relacionamento conjugal [uma vez que exige uma adaptação recíproca e constante entre os cônjuges, às diferenças culturais e aos padrões relacionais]; e na separação conjugal concretamente [quando os modelos familiares não são funcionais].

Em suma, a transmissão dos modelos familiares parece ser também um fator importante nos relacionamentos conjugais. Podendo em alguns relacionamentos ter influência na separação conjugal.

Conclusão

É chegado agora o momento de reflexão. Reflexão acerca dos resultados obtidos [fruto das questões de investigação], das implicações e limitações deste estudo, bem como de sugestões para investigações futuras.

Desta forma, e dirigindo a nossa atenção para a questão de partida deste estudo: “Qual a percepção que as mulheres têm relativamente à influência da família de origem na separação conjugal?” – podemos afirmar que a resposta a esta questão emerge dos resultados obtidos às duas questões de investigação.

Não obstante ao referido, como fora supra apresentado, na percepção das mulheres separadas, os relacionamentos conjugais, e neste caso em concreto as separações conjugais, parecem ser influenciadas pelo nível de autonomia e diferenciação dos cônjuges relativamente às respetivas famílias de origem. Bem como, pelos modelos familiares construídos durante o desenvolvimento individual dos mesmos. Estas percepções, sugerem acarretar implicações sobre a qual nos debruçaremos de seguida.

Podemos identificar a importância de um olhar sistémico sobre os relacionamentos conjugais, como a principal implicação. Uma vez que na percepção das entrevistadas parece existir influência das famílias de origem na separação conjugal, a construção de um relacionamento conjugal, para além das responsabilidades afetivas, sugere implicar também processos de diferenciação relativamente às respetivas famílias de origem.

Esta diferenciação está relacionada com o desenvolvimento da autonomia dos cônjuges, assim como com a delimitação de fronteiras face às respetivas famílias de origem – evitando fronteiras rígidas [onde o sentimento de fidelidade e pertença à família de origem é abalado e os elementos da família não se sentem confortáveis a pedir ajuda quando necessitam] e fronteiras difusas [onde há uma submissão da autonomia e está presente o mito da família unida onde o contacto com pessoas externas à família é visto como uma ameaça á sua coesão] (Elkaim, 1998; Costa & Matos, 2006). Privilegiando-se, desta forma, a construção de fronteiras claras com as respetivas famílias de origem caracterizada pela negociação com estas últimas da autonomia e interdependência do seu “território psicológico” [Elkaim, 1998, p.245] só desta forma os cônjuges são capazes de crescer e proteger a sua relação da intrusão das famílias de origem (Andolfi, 2003).

Não obstante ao referido, uma outra implicação desta investigação, está relacionada com o facto das variáveis em estudo [diferenciação dos cônjuges relativamente à família de origem e modelos familiares desenvolvidos] parecerem estar interligadas – quanto mais os

cônjuges não desenvolverem a sua autonomia e diferenciação relativamente às respetivas de origem, maior será a probabilidade da sua relação conjugal ser influenciada pelos respetivos modelos familiares. Isto, na medida em que, quando alguém não é autónomo e diferenciado face à família de origem, apresenta normalmente dificuldades em posicionar-se perante os modelos familiares. Posicionamento este, relativo ao abandono dos modelos que criticamente percebem como negativos para a relação, e à manutenção dos modelos com a qual se identificam e acreditam ser vantajosos para a relação conjugal.

Enquanto psicólogos estes resultados também acarretam implicações. Particularmente, quando estamos perante um casal. Isto, na medida em que estes resultados nos fazem pensar na importância de em consulta de casal, conhecer os cônjuges nas suas dinâmicas relacionais, mas também enquanto indivíduos que trazem na sua bagagem vínculos e modelos construídos na vivência com as respetivas famílias de origem, que poderão explicar a forma de viver a relação conjugal.

No que cerne às limitações desta investigação, podemos identificar o facto da nossa amostra se restringir apenas a um elemento da díade conjugal [mulheres]. Isto, porque só acedemos à perceção de uma das partes acerca do fenómeno em estudo [famílias de origem e separação conjugal], e, seria interessante, em investigações futuras acedermos à visão da outra parte sobre o mesmo tema, para consequentemente confrontarmos ambas as visões. Aliás, só ambas as visões permitem perceber a dinâmica relacional do casal.

Todavia, foi-nos difícil entrevistar a díade na medida em que as participantes [apesar de terem sido informadas acerca da confidencialidade a que estavam sujeitas nesta investigação] não se sentiram confortáveis e seguras à partilha do contacto do ex-cônjuge. Quando abordávamos a possibilidade de alargar a nossa investigação, aos ex-cônjuges das participantes, a maioria referia “eles não iam aceitar, é melhor não”.

Ainda neste sentido, afim de ultrapassar este obstáculo, sugerimos em futuras investigações a possibilidade de haver dois psicólogos disponíveis para a aplicação da entrevista, um psicólogo destinado para uns ex-cônjuges e outro para os respetivos ex-cônjuges. Desta forma, talvez seja possível aceder a ambas as perceções.

Ao longo das entrevistas, constatamos também que estas mulheres pareciam considerar que os ex-cônjuges tinham uma relação muito forte aos pais [com especial foco às mães]. Relação esta que segundo a perceção das mesmas parecia ser disfuncional ao nível do desenvolvimento da autonomia e diferenciação do ex-cônjuge, e consequentemente do desenvolvimento da autonomia e identidade de casal. Nesta medida, seria interessante, em investigações futuras: perceber o porquê desta dificuldade; perceber quais as dinâmicas

familiares que favorecem esta não autonomia e não diferenciação dos filhos; e, perceber o porquê da dificuldade dos filhos se posicionarem de uma forma saudável enquanto filhos e ao mesmo tempo enquanto indivíduos que estão a construir uma nova família.

Num mundo cada vez mais conformista, onde as pessoas saem cada vez mais tarde de casa da família de origem e onde as separações conjugais assumem dimensões cada vez maiores, este tema - percepção da influência das famílias de origem na separação conjugal em relações de curto prazo [>5 anos] afigura-se como uma exploração pertinente a continuar em investigações futuras.

Referências Bibliográficas

Amado, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Andolfi, M. (2003). *Manual de psicología relacional: La dimensión familiar*. Bogotá: Cooperacion Andolfi y Gonzalez.

Ariplackal, R. & George, T. (2015). Psychological Components for Marital Distress and Divorce in Newlywed Indian Couples. *Journal of Divorce & Remarriage*, 56, 1-24.

Borghetti, R., Lech, M. & Martins, P. (2001). Casamento e Família de Origem: Lealdade Invisível. *Revista Quadrimestral do Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia*, 18(1), 5-11.

Bueno, R., Souza, S. & Monteiro, M. (2013). Processo de Diferenciação dos Casais de suas Famílias de Origem. *Psico - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, 44(1), 16-25.

Cezar-Ferreira, V. (2004). A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (1), 81-95.

Costa, M. & Matos, P. (2006). *Abordagem sistémica do conflito*. Lisboa: Universidade Aberta.

Costa, M. (1994). *Divórcio, Monoparentalidade e Recasamento – Intervenção Psicológica em transições familiares*. Gaia: Edições Asa.

Costa, M. (1994). *Divórcio, Monoparentalidade e Recasamento – Intervenção Psicológica em transições familiares*. Gaia: Edições Asa.

Costa, M. (2005). *À procura de intimidade*. Porto: ASA Edições.

Elkaim, M. (1998). *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus.

Féres- Carneiro, T. & Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia*, 20(46), 269-278.

Fortin, M. (1996). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Portugal: Lusociência.

Francisco, R., Pinto, J. & Pinto, H. (2016). *Família e Psicologia – contributos para a investigação e intervenção*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Gottman, J. & Levenson, R. (2000). The timing of Divorce: Predicting When a Couple Will Divorce Over a 14- Year Period. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 737-745.

Quissini, C. & Coelho, L. (2014). A influência das famílias de origem nas relações conjugais. *Pensando Famílias*, 18(2), 34-47.

Scabini, E. & Cigoli, V. (2014). *La identidad relacional de la familia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.

Strauss A., & Corbin, J. (1998). *Basic of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Schwandt, T. (1994). Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*, 118- 137. Newbury Park, CA: Sage.

ANEXOS

ANEXO 1

Faculdade de Psicologia e de Ciências Sociais da Universidade do Porto

Pedido de Consentimento Informado

Caro(a) participante,

Nos últimos anos a separação conjugal em uniões de curta duração é uma realidade cada vez mais presente e como tal mais foco de atenção por parte das mais diversas entidades e organizações.

Assim, será desenvolvido um estudo por uma equipa de investigação do centro de Psicologia da Universidade do Porto no âmbito da realização da tese de mestrado em psicologia clínica e da saúde, orientado pela Dra. Maria Emília Costa e pela Dra. Mariana Martins, sendo a Tânia Ferreira e a Patrícia Botelho as orientandas.

Este estudo visa compreender os fatores promotores do divórcio em casamentos/uniões de fato de curta duração e como tal, para participar deverá ter-se separado após casamento ou coabitação de 5 anos [no máximo]. A sua participação estará circunscrita a uma entrevista gravada em formato áudio cuja duração máxima prevista para concluir é de 1h30. O seu contributo é extremamente valioso não só para a comunidade científica, mas principalmente para a prática clínica.

Todos os dados são confidenciais e a qualquer momento poderá desistir da sua participação. Não há respostas certas ou erradas: pretendem-se respostas o mais espontâneas possível e que reflitam aquilo que está a pensar neste momento, e não aquilo que gostaria de pensar ou que imagina que os outros pensam de si.

Os investigadores agradecem desde já a sua participação e em caso de dúvida não hesite em contactar: tania.ferreira.psic@gmail.com ou tixa_botelho@hotmail.com.

aceito participar no estudo

ANEXO 2

Separação conjugal em uniões de curta duração

Questionário Sociodemográfico

EU Data de nascimento: ___/___/____ Profissão: _____ Habilitações literárias: <ul style="list-style-type: none"><input type="radio"/> 1º Ciclo<input type="radio"/> 2º Ciclo<input type="radio"/> 3º Ciclo<input type="radio"/> Ensino Secundário<input type="radio"/> Cursos técnicos/ Barcharelato<input type="radio"/> Licenciatura<input type="radio"/> Mestrado<input type="radio"/> Doutoramento

O/A MEU/MINHA EX-CÔNJUGE Data de nascimento: ___/___/____ Profissão: _____ Habilitações literárias: <ul style="list-style-type: none"><input type="radio"/> 1º Ciclo<input type="radio"/> 2º Ciclo<input type="radio"/> 3º Ciclo<input type="radio"/> Ensino Secundário<input type="radio"/> Cursos técnicos/ Barcharelato<input type="radio"/> Licenciatura<input type="radio"/> Mestrado<input type="radio"/> Doutoramento

Data em iniciaram a relação de namoro: ___/___/____

Data em que iniciaram coabitação: ___/___/____

Data de casamento (se aplicável): ___/___/____

Data de separação: ___/___/____

Data de divórcio (se aplicável): ___/___/____

O divórcio foi litigioso?

- Sim
- Não

Havia crianças na relação?

- Não
- Sim, tivemos filho(s) nosso(s) – Datas de nascimento ____/____/____
____/____/____
____/____/____
- Sim, eu tenho de uma relação anterior
- Sim, o meu companheiro tem de uma relação anterior

➤ **A sua família de origem:**

Com quem viveu durante a sua infância e adolescência?

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Por favor, indique falecimentos caso tenham ocorrido:

grau de parentesco _____ ano de óbito _____.

grau de parentesco _____ ano de óbito _____.

grau de parentesco _____ ano de óbito _____.

➤ **A família de origem do seu ex-cônjuge:**

Com quem viveu durante a sua infância e adolescência?

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Grau de parentesco: _____ Ano de nascimento: _____

Por favor, indique falecimentos caso tenham ocorrido:

grau de parentesco _____ ano de óbito _____.

grau de parentesco _____ ano de óbito _____.

grau de parentesco _____ ano de óbito _____.

➤ **O dia-a-dia em família:**

- Era habitual terem pelo menos uma refeição/dia em que estavam juntos à mesa?

(pressupõe a não utilização de televisão, telemóvel, etc.)

① nunca	② raramente	③ algumas vezes	④ com frequência	⑤ a maior parte dos dias	⑥ sempre
-----------------------	---------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	--	------------------------

- Era habitual haver um dia fixo semanal em que passassem uma parte do tempo ou refeição com a sua família de origem?

<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Durante uma parte do casamento	<input type="checkbox"/> sempre
--	---	---

- Era habitual haver um dia fixo semanal em que passassem uma parte do tempo ou refeição com a família de origem do seu ex-cônjuge?

<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Durante uma parte do casamento	<input type="checkbox"/> sempre
--	---	---

Obrigado.

ANEXO 3

Separação conjugal em uniões de curta duração

Guião da Entrevista Semi-Estruturada

- Pode contar-me um pouco acerca de como foi a relação?
- Quando namoravam, o que é que gostavam de fazer juntos?
- Continuaram a fazer essas coisas depois de terem começado a viver juntos? Houve novos rituais ou tradições que trouxeram para a relação?
- Como foi a adaptação a viverem juntos?
- Pode falar-me um pouco acerca do casamento? [família e amigos]
- Houve alguma celebração especial para assinalar o início da vivência juntos? [família e amigos]
- O casar ou o viver juntos muitas vezes altera a relação que temos com a nossa família de origem. Pode falar-me um pouco do vosso caso? [ele + ela]
- Como foi vivenciada a separação pelas respetivas famílias?
- Como é que viviam o aniversário um do outro? [próprio e do parceiro]
- E em relação a festas familiares, como por exemplo o Natal e a Páscoa, como faziam?
- A que atribui a separação? [perceber quando começou o processo de afastamento ou se houve algum fator precipitante].